

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: A REALIDADE DOS QUILOMBOS E A EDUCAÇÃO FORMAL

Deborah Franco, Esther Kim, Juliana de Almeida
Prado, Selma Marquette Molina¹

RESUMO: Este artigo busca desmistificar a concepção equivocada que se tem de organizações denominadas “quilombos”: não se trata de terras de “negros fujões”, mas de grupos sociais que procuram transmitir às próximas gerações tradições, crenças e a cultura do povo africano. Assim, a escola deve ser considerada como o meio mais importante e responsável pela inclusão dos quilombolas em nossa sociedade. O artigo considera e discute aspectos importantes e históricos, como a discriminação com relação aos negros na sociedade brasileira elitista, particularidades da transmissão dos saberes quilombolas e as dificuldades enfrentadas pelos moradores dos quilombos para terem acesso à educação formal das escolas. Busca estabelecer uma crítica às medidas de preconceito, desarticulação de saberes e a falta de políticas públicas adequadas no que se refere à questão da educação quilombola.

Palavras-chave: educação; escola; quilombos; negros; cultura; preconceito; resistência.

¹ Discentes do curso de Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie - SP

A REALIDADE DOS QUILOMBOS E A EDUCAÇÃO FORMAL

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a educação dentro dos quilombos, evidenciando que a realidade da cultura africana ainda é negligenciada na sociedade brasileira. Aspectos fundamentais de transmissão do saber nas comunidades negras são desconhecidos da população em geral, apesar de 45% dos brasileiros se declararem negros.

Elementos como a memória, a circularidade, a ludicidade e a oralidade serão articulados neste artigo, de modo que se possa compreender a transmissão do saber nas comunidades quilombolas.

Num segundo momento, serão analisadas as dificuldades enfrentadas pelos moradores do quilombo com relação ao ensino formal nas escolas, em decorrência das longas distâncias geográficas e culturais.

Preconceito, desarticulação de saberes, falta de políticas públicas adequadas, entre outros, são fatores que acompanham a pesquisa realizada sobre a vida dos quilombolas. Por fim, apresenta-se uma reflexão crítica das autoras frente à realidade estudada.

Para o desenvolvimento do artigo foi utilizada a literatura específica que explora a temática e uma entrevista realizada com o professor João Bosco, militante no Instituto Luiz Gama (<http://institutoluizgama.blogspot.com/>), de São Paulo, e do Movimento Brasil Afirmativo².

OS REMANESCENTES DOS QUILOMBOS: GRUPOS DE RESISTÊNCIA CULTURAL

É interessante notar como a existência de quilombos no Brasil ainda é um fato desconhecido por muitas pessoas. Um dos motivos para tal desconhecimento pode ser a forma como se pensa o quilombo: uma terra de “negros fujões”, o que não faz mais sentido na sociedade atual.

Uma comunidade quilombola significa muito mais do que a fuga da escravidão. É um local onde se estabelece a existência de um grupo social que procura, apesar do

² Prof. João Bosco Coelho: professor de História da Cultura Africana. Entrevista realizada em: 12/nov/10.

processo de aculturação, transmitir às próximas gerações tradições, crenças e a cultura do povo africano.

Os quilombos são organizações sociais e políticas, que prezam pelas relações comunitárias e desejam resistir às imposições do modo de vida eurocêntrica, que nega outros valores sociais e culturais que não sejam os seus. Organizam-se a fim de manterem a sua cultura com base em crenças e hábitos sociais, além de prezarem por sua autonomia sociocultural.

Segundo o professor João Bosco, todo o trabalho da classe dominante para desvalorizar e desqualificar o ser negro está sendo desconstruído, já que os quilombolas valorizam e preservam ao máximo o seu pedaço de terra, diferentemente de tempos atrás, quando eles simplesmente abandonavam a terra e iam embora. “Hoje, eles ficam na terra, porque seus antepassados morreram por aquele território” *sic*.

No entanto, para que se alcançassem esse estágio de reconhecimento, muitos quilombolas sofreram por anos com o descaso governamental e, agora que são oficialmente reconhecidos, ainda lutam para que as políticas públicas beneficiem as suas comunidades.

A REALIDADE QUILOMBOLA: DIFICULDADES E AVANÇOS

A cada dia acontece uma lição de vida. Aprende-se de tudo, a comunicação com os mais velhos, com os mais novos, o trabalho em grupo fazendo-se o que gosta ou que não gosta; e, sobretudo aprende-se o gosto pela vida, numa estreita relação com o Orixá (BOAVENTURA; SILVA, 2004, p. 63).

As comunidades quilombolas são reconhecidas oficialmente pela Constituição Federal do Brasil de 1988: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, Art. 68). No entanto, de acordo com o professor João Bosco, militante no Instituto Luiz Gama, “continua tudo como antes: cento e vinte e dois anos depois da Lei Áurea, eles [*os quilombolas*] ainda não têm o título de suas terras”.

Apesar do conhecimento produzido em pesquisas e análises sociais a respeito da diversidade populacional e cultural do povo brasileiro, não se costuma abordar a questão da multiculturalidade e é pouco o apoio das políticas públicas às comunidades

quilombolas, o que evidencia e mantém ainda mais a exclusão social com relação a essas populações.

É interessante notar, segundo a fala do professor João Bosco, que os quilombolas enfrentam um grave problema nos espaços em que vivem. A legislação ambiental proíbe, sob pena de multa, que eles modifiquem ou mexam nesse espaço, alegando ser parte da reserva natural e área de preservação permanente. Assim, os quilombolas não podem plantar ou reformar suas casas, que muitas vezes desmoronam em cima das famílias e não possuem nem mesmo luz elétrica. Os últimos recursos que restam aos quilombolas é viver da pesca ou sair para procurar emprego nas cidades vizinhas ao quilombo. “Muitas vezes, eles não falam que pertencem às comunidades quilombolas quando saem para procurar emprego. Costumam dar um endereço da cidade, por causa da discriminação e do preconceito”, explica o professor. No entanto, próximo aos quilombos, é possível observar a presença de grandes mansões e condomínios de luxo, que chegam a custar cerca de 5 a 6 milhões de reais, sem que nunca ninguém tenha sido punido ou multado em função disso.

Após muito empenho por parte dos moradores dos quilombos, o governo brasileiro estabeleceu o Decreto nº 4887/2003 (BRASIL, 2003), que define qual o critério para o reconhecimento de uma comunidade quilombola: o critério do autorreconhecimento. Esta foi uma conquista importante, já que o próprio Estado desejava se atribuir a competência para essa definição.

Existem cerca de 3950 comunidades quilombolas no território brasileiro, e alguns dados apontam para 5000 comunidades. Destas, por volta de 1450 estão certificadas pela Fundação Palmares (entidade ligada ao Governo Federal). As comunidades podem se auto declarar quilombolas com base na cultura, nos costumes e nas histórias que as envolvem.

É somente a partir desta certificação que se torna possível a titulação de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o benefício de políticas públicas (energia elétrica, escolas, programas do governo como o Bolsa Família) e o recebimento de auxílio jurídico por parte da Fundação Palmares.

As políticas públicas, no entanto, não têm se desenvolvido de forma satisfatória dentro das comunidades quilombolas. “Há postos de saúde, mas não há médicos”, ressalta o professor João Bosco. Segundo ele, os municípios que contam com comunidades quilombolas recebem um percentual a mais nas verbas recebidas pelo Ministério da Saúde, para que a população quilombola tenha um tratamento de saúde

diferenciado. No entanto, essa verba não é repassada para os postos de saúde e o atendimento deles não é assegurado.

Hoje são feitos muitos projetos, há inúmeras entidades fazendo projetos em nome das comunidades quilombolas. Essas entidades recebem a verba, mas o trabalho não é executado e não é preciso prestar contas. Ninguém sai de Brasília para vir até o meio do mato, ver se o trabalho foi feito ou não. Fica tudo por isso mesmo (BOSCO, 2010, p. XV).

Outra questão importante são as escolas destinadas às crianças quilombolas. Geralmente, as escolas ficam em locais muito afastados das comunidades. De acordo com os relatos de algumas crianças e jovens que dependem do transporte público oferecido pelo governo para irem à escola, os veículos são velhos e sempre quebram, o que faz com que, frequentemente, muitos deles precisem caminhar por horas até chegarem à instituição de ensino (SANTOS, 2010). Na época das chuvas, em algumas localidades não é possível se deslocar, já que as trilhas ficam alagadas e não há condições de ir à escola. Este fator geográfico faz com que muitas crianças e jovens desistam de completar o ciclo de escolarização. No entanto, acreditamos que esta desistência é ainda fortalecida pela desmotivação, fruto da discriminação cultural que se enfrenta no ambiente escolar.

A escola tem assumido múltiplas funções sociais, entre elas a de favorecer a inclusão de grupos marcados pelo preconceito (não só o racial), de desenvolver campanhas de combate à discriminação, procurando com suas intervenções a produção de ações afirmativas com relação aos grupos socialmente excluídos.

Assim, a escola tornou-se também um campo de atuação do Movimento Negro, que, desde a década de 1940, procura inserir a temática étnico-racial no ambiente escolar.

Somente após a Marcha Zumbi dos Palmares (1995), quando cerca de 30 mil pessoas entregaram um documento à Presidência da República, reivindicando por políticas de combate à desigualdade e, após a atuação deste mesmo movimento na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, o governo brasileiro finalmente comprometeu-se a desenvolver e implementar medidas de ações afirmativas ao combate do racismo e das desigualdades no país.

No entanto, tal política para a construção de ações afirmativas na sociedade e, principalmente, com fomento por parte das instituições de ensino, parece ser uma realidade distante das escolas destinadas às crianças quilombolas.

O NEGRO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

[...] negrinhos que por ahi andão, filhos de Africanos Livres que matriculão-se mas não freqüentam a escola com assiduidade, que não sendo interessados em instruir-se, só freqüentariam a escola para deixar nela os vícios que se acham contaminados; ensinando aos outros a prática de actos e usos de expressões abomináveis, que aprendem ahi por essas espeluncas onde vivem [...] Para estes devião haver escolas a parte. (Relatório do Professor José Rhomens enviado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, 1877 apud SANTOS, 2008.)

Entre os séculos XVI e XIX cerca de quatro milhões de negros desembarcaram em território brasileiro, provenientes de diferentes pontos do continente africano. Essa população possuía cultura, vida social e econômica estabelecidos pela construção histórica particular de cada povo.

Com o movimento escravocrata, eles foram reduzidos a uma massa única de seres sem desejos, sem pensamento, desprovidos de alma, tratados como animais irracionais.

Esta visão perdurou além da abolição da escravatura e do racismo; o preconceito e a discriminação apontam que perdura até a atualidade.

À época do Império, segundo Priore (2007), para a população de origem africana:

a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização. A educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência. [...] São registradas como de caráter excepcional e de cunho filantrópico as iniciativas que propunham a aceitação de crianças negras em escolas ou classes isoladas – o que vai ocorrer no final do século (p. 445).

No Brasil Republicano, apesar das aspirações liberais de levar a educação às crianças ricas e pobres, a escola pública continuou a servir apenas aos filhos da elite. Nos grupos escolares os filhos do proletariado eram a minoria (SOUZA, 1998). Quanto aos negros, raros cursavam nestas escolas.

Diversas leis da educação deste período reforçam a invisibilidade dos negros no sistema educacional³, porém sempre houve a organização do movimento negro:

[...] os negros desafiavam os senhores hostis que queriam isolá-los uns dos outros. Passando pelo plano da resistência cultural assumiam fidelidade às religiões africanas, aprendiam a ler, escrever e calcular – prova desta resistência é a constatação histórica de um número considerável de pretos e pardos alfabetizados e multilíngues (SILVA; ARAUJO, 2005, p.69).

³ Para saber mais consultar: ROMÃO, Jeruse (org). História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

A literatura apresenta um exemplo dessa resistência: a história de Luiz Gama (COMPARATO, acesso em 21.10.2010). Sua mãe era negra e atuou como ativista nas insurreições baianas de 1835 e 1837. Seu pai era um branco pertencente à ilustre família baiana.

Viciado em jogos, o pai de Luiz Gama perdeu toda a sua fortuna e vendeu o menino como escravo em 1840, quando tinha 10 anos de idade, a fim de saldar suas dívidas de jogo.

Luiz foi alfabetizado por um amigo e em 1848 fugiu do cativeiro em que se encontrava em São Paulo. Por possuir documentos que comprovavam a sua condição de negro liberto serviu ao Exército Brasileiro, chegando ao posto de cabo de esquadra em 1854. Após discussão com um superior foi acusado por atos de insubordinação e, portanto, retirou-se do serviço militar.

Em São Paulo, trabalhou na Secretaria de Governo da Província e resolveu estudar Direito, mas não foi aceito pelos alunos da faculdade e passou a atuar com rábula em defesa da vida e da liberdade dos negros escravos.

Lutando contra as oligarquias e a burocracia da época, conseguiu a libertação de cerca de 500 negros escravos. Também inspirou o Movimento do Caifazes que possibilitou a fuga de milhares de escravos em São Paulo.

Com o advento da República, a educação foi considerada como instrumento de civilização da população, sendo que por civilização se entendia o modo de vida europeu.

Criaram-se os grupos escolares, construídos em sua maioria nos centros urbanos, quando a maior parte da população vivia no meio rural (SOUZA, 1998), o que deixa de fora a grande massa que se pretendia educar ou civilizar, na qual se incluíam os ex-escravos e seus descendentes.

Já no século XX, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61 dispõe a condenação a qualquer tipo de preconceito de classe ou raça. No entanto, na prática o discurso não se efetiva e a escola continua a ser direcionada para as classes mais abastadas da sociedade, o que não incluía os negros.

O quadro de inclusão social se altera lentamente para os africanos e afrodescendentes durante todos os movimentos sociais e políticos que envolveram o sistema educacional no transcorrer do século XX, como veremos a seguir.

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E O ENSINO FORMAL

No interior das comunidades quilombolas, o saber é transmitido por meio da oralidade das histórias contadas pelos mais velhos aos mais jovens, num esforço de preservação cultural, ativando a memória dos ancestrais e de seus feitos. O lúdico faz parte do aprendizado da vida e o senso comunitário permeia as decisões da comunidade. As memórias não se perdem. Tudo nasce, morre e renasce de forma ininterrupta, enquanto o saber e o conhecimento acontecem pela palavra.

Neste cenário, insere-se a escola dita formal, para transmitir uma educação aceita oficialmente, que permitirá aos jovens melhores oportunidades de emprego e maior inclusão social. Assim, vemos a chegada de um movimento que há muito ocorre no mundo ocidental, branco: o saber e a educação popular, constituído pelas histórias e experiências de um povo, se fazem negados pelo saber oficializado e institucionalizado.

Na cultura africana tradicional, todos os elementos da vida estão interligados. A religião, a política, a família, o território, a moradia somente têm sua função plenamente cumprida se estão intrinsecamente relacionados, e sua existência formal e estrutural está profundamente conectada com a estrutura dos demais itens da vida. Sendo assim, a tradição oral de transmissão do conhecimento, típica das sociedades africanas, só tem sentido com a proximidade do interlocutor, já que, para o africano, a comunicação tem que ser viva, dinâmica, e essa energia viva não é transmitida por meio das letras (NASCIMENTO apud PARÉ, 2007).

As escolas próximas aos quilombos, em sua maioria, não levam em consideração a cultura particular destes ambientes. Na pesquisa realizada, alguns textos (SANTOS, 2007; PARÉ, 2007) referem-se a professores que vêm da cidade para trabalhar em um meio eminentemente rural, em comunidades populacionais com uma vida social, cultural e econômica diversas ao que estavam acostumados e para a qual não foram formados para educar. Os professores, na maioria das vezes, são brancos desvinculados dos conceitos culturais das comunidades. Não entendem o dialeto dos alunos, suas concepções de vida e suas necessidades pelo lúdico.

Como já foi acima citado, o lúdico se apresenta como fonte de aprendizado, ativando outros elementos importantes da cultura negra, já que é por meio das brincadeiras que as crianças revivem conquistas de seus antepassados, mantendo-os vivos na comunidade e preservando aspectos culturais pelas memórias que invocam e pela circularidade contínua.

A questão da elevação da auto-estima é muito importante. Se ninguém dá valor à tradição quilombola, eles próprios passam a não se valorizar. Por isso, deve-se incentivar que eles se reconheçam como negros, que tenham orgulho da sua cultura, mostrando que a historiografia oficial não conta a verdade sobre a história do povo africano no Brasil (BOSCO, 2010).

É importante também ressaltar que os quilombos não escaparam ao processo de aculturação. No entanto, as memórias, as histórias, os heróis e as brincadeiras ainda os mantêm em contato com sua cultura de origem, a cultura africana.

Contudo, quando chega o momento das crianças ingressarem nas escolas, toda esta história cultural parece ser desconsiderada na grande maioria das escolas que atendem às comunidades quilombolas. “Todos são colocados dentro do mesmo grande caldeirão: quilombolas e não quilombolas vão aprender as mesmas coisas”, acrescenta o professor João Bosco.

Aqui surge outro nó que precisa ser desatado em nossa educação. Há pouco tempo começou-se a trabalhar oficialmente com o conceito de Relações Étnico-Raciais. Após a efetivação da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) é que os cursos de formação de professores começaram a se preocupar com a existência de uma disciplina para contemplar as Relações Étnico-Raciais. No entanto, são poucas aquelas que conseguem sensibilizar seus alunos e futuros professores para a desconstrução de crenças naturalizadas socialmente sobre o racismo, o preconceito e a discriminação racial, propagando a democracia racial.

Em função disso, ainda há um grande número de adultos analfabetos nos quilombos, enquanto as crianças e os jovens apresentam certa dificuldade em conseguirem se alfabetizar.

Na comunidade quilombola do Engenho II, verificou-se que existe a consciência dos familiares e das crianças e adolescentes quanto à importância do ensino oferecido pela escola formal, sobretudo na construção da autonomia do indivíduo na sociedade, o que significa reconhecer a capacidade destas pessoas de tomarem decisões conscientes em todos os campos de sua vida e, sobretudo, nas relações estabelecidas com as pessoas de fora da comunidade. Entretanto, a associação entre o que se aprende na escola e a sua aplicação no cotidiano dos quilombolas pouco se pode aferir. Os estudantes não conseguem associar um aprendizado ao outro devido, é claro, à dissociação entre os saberes aprendidos na comunidade – ligada ao trato com a terra, ao significado simbólico do território associado à ancestralidade e à identidade étnico-racial, bem como aos rituais de celebração da colheita, como a festa de Nossa Senhora das Neves – e os saberes oferecidos nos conteúdos curriculares formais (PARÉ, 2007).

Ao se alfabetizar, no sentido de ser letrado, o sujeito adquire ferramentas para a leitura do mundo com criticidade, podendo atuar e intervir com suas contribuições cognitivas e afetivas na sociedade. Este saber é de senso comum nas sociedades atuais.

Os remanescentes dos quilombos lutam para ofertar a seus descendentes esta ferramenta. Esbarra-se, no entanto, na falta de capacitação docente, o que após longas

discussões e interferências do movimento negro, resultou em ações efetivas do governo para o surgimento de um plano que prevê a expansão em número de escolas quilombolas, com professores capacitados para atuar eficientemente nessas comunidades.

Através da Rede de Educação para a Diversidade, foi realizado o curso Educação para as Relações Étnico-raciais - ERER, como uma das ações de formação continuada de professores, em acordo com o que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Em 2009 foram selecionadas 10 instituições de nível superior para ofertarem o curso de Educação para as Relações Étnico-raciais, ofertando 4.080 vagas para professores (BRASIL, 2009, p. 22).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), estabeleceu como meta até o ano de 2010 a construção de 950 salas de aula em comunidades de quilombos, a distribuição de 280 mil exemplares de material didático retratando a história e a cultura das comunidades, produzidos conforme o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB) (BRASIL, 1996) , além de capacitação docente.

Além disso, a Lei 10.639, incorporada a LDB em 2003, torna obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira de forma interdisciplinar. Este ensino deve se dar de forma a desconstruir os estigmas e estereótipos construídos negativamente em nossa sociedade com relação à raça negra, produzindo ações afirmativas de inserção social referente aos mesmos.

Num país multicultural, que se orgulha por abraçar as mais diferentes etnias em um único território, a ação do governo com relação a um povo que alavancou o desenvolvimento urbano e econômico do país, contribuiu fortemente com a cultura e constitui cerca de 45% da população nacional, se faz tardia. Espera-se, contudo, que seja efetiva em ações afirmativas, que fortaleçam os laços entre as culturas africana e brasileira, já que para nós, brasileiros, é impossível negar a influência e contribuições do povo africano, desde a oralidade do nosso idioma até a alimentação, a música e os diversos hábitos culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um dos meios mais importantes responsáveis pela inclusão dos quilombolas em nossa sociedade. Dizemos isso, pois apesar de serem cidadãos

brasileiros, eles encontram-se às margens dos benefícios ofertados à grande maioria da população.

A educação oferece meios para que os jovens das comunidades possam beneficiar-se com seus conhecimentos, defendendo seus interesses e encontrando formas de se desenvolverem economicamente, a fim de ampliarem as possibilidades para a melhoria de vida em todos os aspectos (economia, benefícios sociais, saúde, educação etc.).

Nossas sinceras expectativas são de que a população dos quilombos possam se inserir nos números do MEC, que afirmam que 97% das crianças brasileiras, entre 7 e 14 anos de idade estão nas escolas; que as metas para a construção das escolas nestas comunidades sejam alcançadas e que exista a real possibilidade de frequência às escolas, sem ônibus quebrados, chuvas que interrompem as estradas e professores sem capacitação em sala de aula, desrespeitando e por vezes até maltratando seus alunos.

E que todos nós, cidadão brasileiros, tenhamos acesso a dados reais sobre quem foram os negros que alavancaram o desenvolvimento do nosso país e assim, possamos compreender o verdadeiro significado de viver em uma sociedade plural, multicultural, fazendo valer o título de país acolhedor e repleto de oportunidades, como o restante do mundo nos vê.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Ana Paula. *Saberes e fazeres*, volume 3: modos de interagir / coordenação do projeto. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. Disponível em:
http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/Caderno3_ModosDeInteragir.pdf.
Acesso em: 07/nov/10.

BRASIL. *Relatório de Gestão 2*. Programa Brasil Quilombola. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), 2009. Acesso em: 01/nov/10.

BRASIL. *Agenda Quilombola*. Disponível em:
www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/copy_of_acoes. Acesso em: 07/nov/10.

BRASIL. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: SECAD, 2006. 262 p.

COMISSÃO Pró-Índio de São Paulo. *Quilombos: o que são?* Disponível em: www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_oque.html. Acesso em: 05/nov/10.

COMPARATO, Fábio Konder. Gama Luiz, herói do povo brasileiro. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/noticias/2007/05/15/4168/> . Acesso em: 21.11.2010.

PARÉ, Marilene Leal; OLIVEIRA, Luana Paré de; VELLOSO, Alessandra D'Aqui. *A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga de Engenho II (GO)*. Cad. CEDES, Campinas, v. 27, n. 72, ago. 2007.

PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coordenadora de textos). *História das mulheres no Brasil*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RODRIGUES, Cinthia. *Número de escolas quilombolas cresce no Brasil*. São Paulo: Ig, 24/10/2010. Disponível em: www.ultimosegundo.ig.com.br. Acesso em: 03/nov/10.

SANTOS, M. Walburga. *Saberes da terra: o lúdico em Bombas, uma comunidade quilombola (estudo de caso etnográfico)*. São Paulo: USP, 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Rosimeire. *A Escolarização da População Negra Entre o Final do Séc. XIX e o Início do Séc. XX* publicado 22/07/2008 em <http://www.webartigos.com>. Acesso em 18/11/2010.

SÃO PAULO. *Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio* / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2008. 240p.

SILVA, Geraldo; ARAUJO, Marcia. *Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas*. In ROMÃO, Jeruse (org). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. p. 65 a 78.

SOUZA, Rosa F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 26 a 87.